



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA**

**A representação da África e dos afro-brasileiros nos livros didáticos de História:
mudanças e permanências após a Lei 10.639/2003**

Daianny Garddny Leôncio Silva

Foz do Iguaçu
Ano 2026

**A representação da África e dos afro-brasileiros nos livros didáticos de História:
mudanças e permanências após a Lei 10.639/2003**

Daianny Garddny Leôncio Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
História - Licenciatura, do Instituto Latino-Americano de
Arte, Cultura e História da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Pirola da Conceição
Coorientador: Prof. Dr. Evander Ruthieri S. Da Silva

Foz do Iguaçu
Ano 2026

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus por me encorajar ter me dado força, discernimento. ao meu professor Evander por toda paciência e dedicação, Professora Juliana em toda orientação,e escolha dos livros que me ajudaram na construção deste trabalho,meu muito obrigado. Ao meu companheiro de vida, Edinei quem me incentivou, toda a graduação. A minha mãe Dona Maria de Jesus, e o meu pai seu Jorge,que infelizmente partiu em dezesseis de outubro de 2025 , então neste trabalho de conclusão de curso, também é uma homenagem em sua memória. Agradeço às minhas irmãs Fabiana e Danielle . E todos os meus colegas, sobretudo pelas amizades e trocas nessa caminhada. Aos professores da banca presente e corpo docente da universidade muito obrigado. Todo processo da graduação, do curso existiu também uma rede de apoio dentre meus familiares, Muitas vezes quando não me sentia capaz para continuar. Minha mãe me falava “você vai terminar, você é capaz” sou filha de uma dona de casa, meu pai empacotador de supermercado e vigilante noturno mas, em casa sempre houve um entendimento que só a educação poderia ser uma forma para o conhecimento. Não é fácil, uma mulher Negra periférica, nordestina, ex babá e diarista. Hoje estar me formando em uma universidade federal no Paraná é a realização de um sonho. Que somente na educação é possível ser concreto, a educação muda realidade.

A gente não nasce negro, a gente se torna negro.
Lélia Gonzalez

RESUMO

Este trabalho analisa as representações da África e da população afro-brasileira em livros didáticos de História publicados entre 1974 e 2023, buscando compreender mudanças e permanências na abordagem desse tema após a promulgação da Lei nº 10.639/2003. A pesquisa parte da compreensão de que o livro didático constitui um importante instrumento de produção e difusão de conhecimentos históricos, contribuindo para a formação de identidades, memórias e representações sociais. O estudo fundamenta-se nas contribuições teóricas de Circe Bittencourt e Alain Choppin acerca do livro didático como objeto histórico e cultural, e de Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro, Stuart Hall e Aimé Césaire para a discussão das relações étnico-raciais, das representações da população negra e dos processos de combate ao racismo. Metodologicamente, foi realizada uma análise qualitativa e comparativa de seis obras didáticas: *História do Brasil* (Arnaldo Souto Maior, 1974), *Controvérsias na História do Brasil* (Maria Amélia Azevedo, 1980), *Brasil Colônia* (Elza Nadai e Joana Neves, 1985), *História Temática: Diversidade Cultural e Conflitos* (Cabrini, Catelli e Montellato, 2006), *Araribá História* (Maria Raquel Apolinário, 2010) e *Araribá História 6* (Branco, Giordano Amaro e colaboradores, 2023). As categorias de análise contemplaram as representações da África, a escravidão, as resistências negras, o protagonismo africano e afro-brasileiro, a diversidade cultural africana e a permanência ou superação de estereótipos raciais. Os resultados indicam que os livros publicados antes da Lei nº 10.639/2003 tendiam a privilegiar narrativas centradas na escravidão e na subalternização da população negra, frequentemente apresentando a África de forma secundária e associada ao tráfico atlântico. Já as obras posteriores à legislação demonstram avanços na valorização das sociedades africanas, de sua diversidade cultural, de suas formas de organização política e das contribuições africanas e afro-brasileiras para a formação histórica do Brasil. Conclui-se que a Lei nº 10.639/2003 contribuiu significativamente para ampliar a presença da História da África nos livros didáticos, embora ainda existam desafios relacionados à consolidação de abordagens efetivamente antirracistas e à superação de perspectivas eurocêntricas no ensino de História.

Palavras-chave: História da África; Livro Didático; Ensino de História; Lei nº 10.639/2003; Relações Étnico-Raciais; Educação Antirracista.

RESUMEN

Este estudio analiza las representaciones de África y de la población afrobrasileña en libros de texto de historia publicados entre 1974 y 2023, con el objetivo de comprender los cambios y continuidades en el abordaje de estos temas tras la promulgación de la Ley n.º 10.639/2003. La investigación parte de la premisa de que los libros de texto son herramientas fundamentales para la producción y difusión del conocimiento histórico, contribuyendo a la formación de identidades, memorias y representaciones sociales. El estudio se fundamenta en las aportaciones teóricas de Circe Bittencourt y Alain Choppin sobre el libro de texto como objeto histórico y cultural, así como en las de Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro, Stuart Hall y Aimé Césaire, para abordar las relaciones étnico-raciales, las representaciones de la población negra y los procesos de lucha contra el racismo. Desde una perspectiva metodológica, se realizó un análisis cualitativo y comparativo de seis libros de texto: *História do Brasil* (Arnaldo Souto Maior, 1974), *Controvérsias na História do Brasil** (Maria Amélia Azevedo, 1980), *Brasil Colônia* (Elza Nadai y Joana Neves, 1985), *História Temática: Diversidade Cultural e Conflitos* (Cabrini, Catelli y Montellato, 2006), *Araribá História* (Maria Raquel Apolinário, 2010) y *Araribá História 6º* (Branco, Giordano Amaro y colaboradores, 2023). Las categorías de análisis abarcan las representaciones de África, la esclavitud, la resistencia negra, la agencia africana y afro brasileña, la diversidad cultural africana y la persistencia o superación de los estereotipos raciales. Los resultados indican que los libros publicados antes de la Ley n.º 10.639/2003 tendían a privilegiar narrativas centradas en la esclavitud y la marginación de la población negra, presentando a menudo a África en un papel secundario vinculado a la trata transatlántica de esclavos. Por el contrario, las obras publicadas tras la legislación muestran avances en la valorización de las sociedades africanas, su diversidad cultural, sus formas de organización política y las contribuciones africanas y afro brasileñas a la formación histórica de Brasil. Se concluye que la Ley n.º 10.639/2003 contribuye significativamente a ampliar la presencia de la historia de África en los libros de texto, abordando desafíos relacionados con el establecimiento de enfoques genuinamente antirracistas y la superación de perspectivas eurocéntricas históricas.

Palabras clave: Historia de África; Libro de texto; Enseñanza de la historia; Ley n.º 10.639/2003; Relaciones étnico-raciales; Educación antirracista.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é motivada por um incômodo: a presença de visões estereotipadas sobre o continente africano em nossa formação escolar. Durante muito tempo, absorvemos narrativas que apresentavam a África quase sempre como um cenário marcado por mazelas, fome, doenças, guerras e conflitos. As imagens mais recorrentes eram de crianças com desnutrição, escassez de água potável e pobreza extrema. Essas foram, por muitos anos, as principais referências sobre a África que chegaram até nós. No entanto, existem muitas outras histórias que não foram contadas, o que torna ainda mais importante conhecer a diversidade histórica, cultural e social do continente africano.

Ao entrar em contato com a História da África nas escolas, os(as) estudantes podem compreender que a história não se resume à narrativa construída sob uma perspectiva eurocêntrica e colonizadora. A África possui múltiplas histórias, sociedades e experiências históricas que são fundamentais para compreender a formação da América Latina e do Caribe, especialmente pela presença histórica de africanos e afrodescendentes nesses territórios. O ensino de História da África fortalece a memória afrodescendente, contribui para o reconhecimento da participação da população negra na construção das sociedades contemporâneas e possibilita o resgate de trajetórias historicamente invisibilizadas.

Nesse processo, torna-se fundamental reconhecer o protagonismo de intelectuais, artistas e personagens negros que contribuíram significativamente para a história, mas que muitas vezes foram apagados ou embranquecidos pelas narrativas oficiais. Um exemplo é Machado de Assis, intelectual negro descendente de pessoas escravizadas, frequentemente representado como um homem branco. O mesmo ocorreu com Chiquinha Gonzaga, compositora e instrumentista negra que, durante décadas, foi retratada como uma mulher branca. É necessário que esses personagens históricos tenham rostos, cor, nome e sobrenome, e que suas trajetórias estejam presentes nos livros didáticos, nas pesquisas acadêmicas e nos espaços de formação. Também é importante lembrar intelectuais como Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Beatriz Nascimento, Djamila Ribeiro, Cida Bento, Franz Fanon e Aimé Césaire, entre tantos outros. O pensamento crítico produzido por esses autores influencia diretamente a construção deste trabalho e a forma como compreendo a importância da História da África para a educação e para a sociedade. A população negra existe e resiste cotidianamente, e sua presença histórica não pode ser reduzida a datas comemorativas ou a capítulos específicos dos livros escolares. É necessário reconhecer suas contribuições para as artes, a literatura, a cultura, a dança, as ciências e a produção de conhecimentos. Esse olhar precisa estar presente nos livros didáticos, que desempenham papel

fundamental na construção das narrativas históricas apresentadas aos estudantes desde a educação básica. Da mesma forma, é importante questionar a naturalização de expressões racistas presentes na linguagem cotidiana, como “a coisa tá preta”, “denegrir”, “criado-mudo”, “mulata cor do pecado” ou “nega maluca”, que muitas vezes parecem inofensivas, mas carregam consigo uma longa história de discriminação racial.

Para Eliane Cavalleiro (1998), os estereótipos construídos historicamente em relação à população negra contribuíram para processos de exclusão e desvalorização social. Segundo a autora, a imagem de homens e mulheres negros associada exclusivamente à escravidão, aos castigos e à condição de mercadoria reforçou preconceitos que ainda se manifestam na sociedade contemporânea por meio de diferentes formas de discriminação. Essas representações contribuíram para a construção de imagens negativas da população negra, associando-a à marginalidade, à ignorância ou à inferioridade. Dessa forma, compreender a população negra como sujeito histórico e protagonista de sua própria trajetória constitui uma tarefa fundamental para o ensino de História. Essa discussão também dialoga com as reflexões de Stuart Hall (2006), para quem os processos de racialização foram historicamente construídos por meio de representações que naturalizaram diferenças e atribuíram significados hierarquizantes aos grupos sociais. Segundo Hall, ao longo da história foi comum a representação de pessoas negras como preguiçosas, subservientes ou incapazes de produzir civilização e conhecimento. Essas imagens foram amplamente difundidas em ilustrações, propagandas, materiais escolares e outras produções culturais, contribuindo para a consolidação de visões racistas sobre os povos africanos e afrodescendentes.

Conforme Stuart Hall (2006), essas produções culturais integravam aquilo que pode ser compreendido como um processo de mercantilização do racismo, enquanto Aimé Césaire (2004) denunciava a construção de uma África representada como exótica, misteriosa e inferior. Em resposta a essas representações, diversos movimentos afrodescendentes passaram a reivindicar novas formas de pensar e representar a história africana, destacando-se o movimento da *Négritude*, surgido entre as décadas de 1930 e 1940.

Segundo Aimé Césaire:

Se a *negritude* não foi um beco sem saída, é que ela nos levava para algum lugar. Onde ela estava nos levando? Estava nos levando para nós mesmos. De fato, depois de muitas frustrações, mas ao assumir o nosso passado, aparecia uma luz nos revelando a saída do túnel. [...] O essencial é que o movimento da *negritude* iniciou a empreitada para a reabilitação dos nossos valores para nós mesmos, aprofundando estudos sobre o nosso passado por nós, o enraizamento de nós mesmos numa história, numa geografia e numa cultura, tudo traduzindo não um passeio exótico e arcaico, mas sim uma reativação do passado para finalmente superá-lo (CÉSAIRE, 2004).

As reflexões apresentadas por esses autores conduzem à questão central desta pesquisa: **como a África e a população afro-brasileira têm sido representadas nos livros didáticos de História utilizados nas escolas brasileiras?** Considerando as transformações ocorridas no campo educacional, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, torna-se relevante investigar se os materiais didáticos continuam reproduzindo estereótipos históricos ou se passaram a incorporar perspectivas mais plurais sobre as sociedades africanas e afro-brasileiras.

A Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, representou uma importante conquista dos movimentos negros brasileiros ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. A legislação buscou promover o reconhecimento da contribuição histórica da população negra para a formação da sociedade brasileira e ampliar a presença dessas temáticas nos currículos escolares. Nesse contexto, os livros didáticos assumem papel fundamental, pois constituem um dos principais instrumentos de mediação do conhecimento histórico nas escolas.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as representações da África e da população afro-brasileira em livros didáticos de História publicados entre 1974 e 2023, buscando compreender as mudanças e permanências ocorridas nesse período. A escolha de obras anteriores e posteriores à Lei nº 10.639/2003 justifica-se pela necessidade de investigar se a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana produziu alterações significativas nas narrativas didáticas sobre o continente africano e sobre a população negra. Assim, a pesquisa procura identificar como esses sujeitos históricos eram representados antes da legislação e quais transformações podem ser observadas após sua implementação. Como objetivos específicos, pretende-se analisar as representações da África, da escravidão, das resistências negras, do protagonismo africano e afro-brasileiro e da diversidade cultural africana; comparar as abordagens presentes nos diferentes períodos; e avaliar em que medida os livros didáticos contribuem para a valorização da história e da cultura afro-brasileira e para a construção de uma educação antirracista.

Metodologicamente, a pesquisa analisou um conjunto composto por seis livros didáticos de História publicados entre 1974 e 2023: *História do Brasil* (Arnaldo Souto Maior, 1974), *Controvérsias na História do Brasil* (Maria Amélia Azevedo, 1980), *Brasil Colônia* (Elza Nadai e Joana Neves, 1985), *História Temática: Diversidade Cultural e Conflitos* (Cabrini, Catelli e Montellato, 2006), *Araribá História* (Maria Raquel Apolinário, 2010) e *Araribá História 6* (Branco Kélen L., Giordano Amaro e colaboradores, 2023). Os livros didáticos selecionados estão disponíveis no Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A escolha do corpus documental fundamentou-se na disponibilidade das obras no acervo utilizado para atividades desenvolvidas no âmbito do laboratório.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa dialoga com Circe Bittencourt (2004) e Alain Choppin (2004), que compreendem o livro didático como objeto histórico, cultural e portador de valores e ideologias; e com autores como Nilma Lino Gomes (2007), Eliane Cavalleiro (1998), Stuart Hall (2006) e Aimé Césaire (2004), que contribuem para a compreensão das relações étnico-raciais, dos processos de racialização e da construção das representações sobre a população negra e o continente africano.

Por fim, o trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o percurso histórico das lutas dos movimentos negros em defesa do reconhecimento da história e da cultura africana e afro-brasileira no sistema educacional brasileiro. Nele são discutidos os processos que culminaram na aprovação da Lei nº 10.639/2003, bem como seus desdobramentos para a educação básica, a produção de materiais didáticos e a construção de políticas públicas voltadas para as relações étnico-raciais. Esse capítulo é fundamental para compreender o contexto político e social que impulsionou mudanças nas formas de ensinar História e de representar a população negra nos currículos escolares.

O segundo capítulo aborda os referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa. Inicialmente, são discutidas as contribuições de autores como Circe Bittencourt (2004) e Alain Choppin (2004) para a compreensão do livro didático como objeto cultural, pedagógico e histórico. Em seguida, são mobilizadas as reflexões de Nilma Lino Gomes (2007), Eliane Cavalleiro (1998), Stuart Hall (2006) e Aimé Césaire (2004) para a compreensão das relações étnico-raciais, dos processos de racialização e das representações construídas sobre a África e a população negra. Também são discutidas as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seu papel na organização dos conteúdos relacionados à História da África e da cultura afro-brasileira. Esse capítulo fornece os instrumentos conceituais necessários para a análise dos materiais didáticos realizada posteriormente.

O terceiro capítulo apresenta a análise comparativa dos livros didáticos selecionados para a pesquisa. A partir das categorias de representação da África, escravidão, resistências negras, protagonismo africano e afro-brasileiro, diversidade cultural e permanência de estereótipos raciais, são examinadas as mudanças e permanências observadas entre as obras publicadas antes e depois da Lei nº 10.639/2003. A comparação permite identificar avanços na incorporação da história africana e afro-brasileira nos materiais didáticos, mas também evidenciar limites, silenciamentos e desafios ainda presentes. Dessa forma, este trabalho busca compreender em que medida as transformações legislativas e educacionais das últimas décadas impactaram efetivamente as narrativas históricas oferecidas aos estudantes da educação básica.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 E AS LUTAS DO MOVIMENTO NEGRO POR EDUCAÇÃO E RECONHECIMENTO

É importante entendermos que a Lei nº 10.639/2003 não nasce simplesmente do dia para a noite, mas resulta de uma intensa luta pelos direitos de inclusão e pelas questões raciais no Brasil. Desde o início do século XX, no contexto do pós-abolição, diversos movimentos sociais, principalmente o movimento negro, têm reivindicado sua história e sua memória e pavimentaram todo esse caminho. Esse histórico de resistências ocorre desde o período colonial, no início da história da escravidão no Brasil, quando pessoas escravizadas se organizavam para fugir dos castigos e resistiam cotidianamente às violências do cativeiro e ao controle de seus senhores. Nessa história de lutas e resistências, podemos observar esse movimento na figura de Zumbi dos Palmares (1655-1695), líder quilombola do século XVII que, atualmente, é lembrado e homenageado em 20 de novembro, data que também marca o Dia da Consciência Negra no Brasil. Essa data foi oficializada pela então presidente Dilma Rousseff, por meio da Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, que instituiu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Trata-se de um importante marco político e histórico para a memória e a resistência dos povos negros, em referência ao dia da morte de Zumbi dos Palmares.

Um conceito importante para pensar essas lutas, tanto no passado quanto no presente, é o de *quilombagem* ou *aquilombamento*, associado às diversas formas de resistência construídas pela população negra ao longo da história brasileira. A historiadora Beatriz Nascimento (1942-1995), intelectual, ativista do movimento negro e pesquisadora da história dos quilombos, foi uma das principais responsáveis pela valorização desse conceito. Em seus estudos, a autora demonstrou que os quilombos não representavam apenas espaços de fuga, mas também formas de organização política, cultural e social construídas por populações negras em busca de autonomia e liberdade. O aquilombamento, nesse sentido, tornou-se um símbolo de resistência que ultrapassa o período da escravidão e permanece como referência para os movimentos negros contemporâneos.

O movimento negro no Brasil tem recuperado histórias e memórias de lutas e resistências, principalmente de suas lideranças ao longo do tempo. Outra importante referência é Teresa de Benguela (c. 1730-1770), rainha do Quilombo de Quariterê, localizado na região do atual estado do Mato Grosso. Teresa liderou a resistência de seu quilombo contra as forças coloniais portuguesas durante o século XVIII. Mesmo após sua morte e a destruição

da comunidade quilombola, sua trajetória permanece como símbolo da luta das mulheres negras contra a opressão e a escravidão. Atualmente, ela é homenageada em 25 de julho, data em que se celebra o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

Outras figuras importantes também vêm sendo recuperadas pela historiografia e pelos movimentos sociais, especialmente intelectuais negros envolvidos nas lutas pela liberdade durante o século XIX. Nesse contexto destaca-se Luiz Gama (1830-1882), homem negro, ex-escravizado, advogado, jornalista e abolicionista. Mesmo sem formação jurídica formal, atuou nos tribunais em defesa da liberdade de centenas de pessoas escravizadas, utilizando os próprios instrumentos legais do Império para combater a escravidão. Sua atuação tornou-se símbolo da resistência negra e da luta por justiça em um período marcado pela expansão do movimento abolicionista.

Apesar da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a população negra não conquistou condições efetivas de igualdade social. O fim jurídico da escravidão não foi acompanhado de políticas públicas de inclusão, acesso à terra, moradia, educação ou trabalho. Pelo contrário, a população negra continuou enfrentando processos de exclusão econômica, marginalização política e discriminação racial. Foi nesse contexto que começaram a surgir novas formas de organização política da população negra, voltadas à conquista de direitos, cidadania e reconhecimento social.

Nas primeiras décadas do século XX, a chamada imprensa negra passou a desempenhar papel fundamental nesse processo, promovendo debates sobre educação, trabalho, cidadania e combate ao racismo. O período também foi marcado pela atuação de importantes lideranças negras, como João Cândido Felisberto (1880-1969), marinheiro que liderou a Revolta da Chibata, em 1910. O movimento denunciava os castigos físicos impostos aos marinheiros, muitos deles negros, e reivindicava melhores condições de trabalho e dignidade dentro da Marinha brasileira.

Na década de 1930, surgiu a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931. A organização buscava promover a inclusão social da população negra e chegou a estruturar projetos educacionais, culturais e políticos. Com a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, a Frente foi extinta juntamente com os demais partidos e organizações políticas da época. Posteriormente, em 1954, foi criada a Associação Cultural do Negro (ACN), que deu continuidade às iniciativas de valorização da cultura afro-brasileira e de combate à discriminação racial.

As lutas do movimento negro brasileiro também dialogavam com movimentos internacionais. Nos Estados Unidos, lideranças como Martin Luther King Jr., Rosa Parks e

Malcolm X denunciaram a segregação racial e reivindicaram direitos civis para a população negra. Na África do Sul, Nelson Mandela tornou-se símbolo mundial da luta contra o apartheid. Essas experiências contribuíram para fortalecer uma compreensão transnacional das lutas antirracistas, demonstrando que o enfrentamento do racismo era uma pauta compartilhada por diferentes sociedades.

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), os movimentos sociais enfrentaram forte repressão política. Nesse período, além da censura e da perseguição a opositores do regime, consolidou-se a ideia do chamado “mito da democracia racial”, segundo a qual o Brasil seria uma sociedade harmoniosa e livre de conflitos raciais. Essa narrativa contribuiu para invisibilizar as desigualdades e o racismo presentes na sociedade brasileira.

Mesmo diante desse cenário, o movimento negro continuou se organizando. Em 1975 foi criado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), no Rio de Janeiro, espaço que reuniu intelectuais e ativistas comprometidos com a valorização da história e da cultura negra. Nesse contexto destacaram-se nomes como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e, posteriormente, Sueli Carneiro. Em 1978, foi fundado o Movimento Negro Unificado (MNU), considerado um marco da reorganização política do movimento negro contemporâneo no Brasil. Entre suas lideranças destacou-se Abdias do Nascimento, intelectual, artista e militante da causa antirracista.

A década de 1980 foi marcada pela redemocratização do país e pela ampliação da participação política de lideranças negras. Nomes como Benedita da Silva e Abdias do Nascimento passaram a ocupar espaços institucionais importantes e contribuíram para levar as demandas do movimento negro para o interior do Estado brasileiro. A Constituição Federal de 1988 representou uma importante conquista nesse processo, ao reconhecer direitos das comunidades quilombolas e fortalecer a defesa da igualdade racial. Também nesse período surgiram as primeiras propostas legislativas voltadas à inclusão da História da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares.

Outro marco importante foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. A participação brasileira nesse evento fortaleceu as reivindicações dos movimentos negros por políticas públicas de combate ao racismo e pela valorização da história e da cultura afro-brasileira na educação. As discussões realizadas em Durban contribuíram diretamente para a construção do ambiente político que possibilitou a aprovação da Lei nº 10.639/2003.

Todo esse histórico de lutas e reivindicações contribuiu para a criação da Lei nº

10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica. A legislação teve origem em projeto apresentado pelos deputados federais Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira e representou uma importante conquista dos movimentos negros brasileiros. Além de reconhecer a relevância da população negra na formação histórica do país, a lei produziu impactos significativos na produção de materiais didáticos, na formação de professores e na organização curricular das escolas brasileiras.

Sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. A legislação prevê o estudo da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e da contribuição da população negra para a formação da sociedade nacional nos campos social, econômico e político. Também determina a inclusão desses conteúdos em diferentes áreas do currículo, especialmente História, Literatura e Artes, além de reconhecer o dia 20 de novembro como data de referência para a valorização da consciência negra. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou esse processo ao incluir também a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas, fortalecendo uma perspectiva educacional voltada para a valorização da diversidade cultural e étnica presente na sociedade brasileira.

A aprovação da Lei nº 10.639/2003 representa um importante avanço para a educação brasileira. Para a população negra, trata-se também de uma forma de reconhecimento histórico diante de séculos de invisibilização e silenciamento. Evidentemente, a aprovação de uma lei não elimina automaticamente o racismo presente na sociedade. No entanto, a educação possui papel fundamental na construção de novas formas de compreender a história, a cultura e as relações raciais. Nesse sentido, a luta pela implementação da Lei nº 10.639/2003 está diretamente relacionada ao enfrentamento do racismo estrutural. Como argumenta Djamila Ribeiro (2019), as experiências de discriminação racial frequentemente se manifestam desde a infância, especialmente no ambiente escolar, influenciando a autoestima, o pertencimento e as oportunidades de crianças e jovens negros. Por essa razão, a valorização da História da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares constitui uma importante estratégia de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial.

Assim, a Lei nº 10.639/2003 não deve ser compreendida apenas como uma alteração curricular, mas como resultado de uma longa trajetória de mobilização política, intelectual e social da população negra brasileira. Sua aprovação representa uma conquista

histórica dos movimentos negros e um importante instrumento para a valorização das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras no ambiente escolar, contribuindo para o enfrentamento do racismo e para a construção de uma educação comprometida com a diversidade, a inclusão e a justiça social.

Para Djamila Ribeiro, em o *Pequeno Manual Antirracista* a autora descreve o racismo em sua forma estrutural, ressaltando as vivências pessoais da infância e escola:

Desde de cedo, pessoas negras são levadas a refletir sobre a condição racial. O início da vida escolar foi para mim um divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser Negra era um problema para sociedade. Até então no convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo tudo era “normal”. “Neguinha do cabelo duro” , “Neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser diferente- O que quer dizer não branca- passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida (RIBEIRO, 2019).

Portanto a Lei 10.639/2003 foi o resultado de décadas de lutas e resistências e reivindicações dos movimentos negros organizados. A mudança na legislação buscou valorizar o legado Africano e afrodescendente na construção da história Brasileira , e está alinhada às lutas antirracistas. Essas Lutas foram importantes, Para ajudar reconstruir parte dessa história, que foi inviabilizada ou contada apenas na visão de escravidão, dores, de uma população Negra que também passa contar sua própria história, na diáspora. Nos documentos, historiográficos, e nos livros didáticos , a partir desse ponto podemos pensar em uma educação que inclui a África como precursora, não apenas como um continente isolado, à margem da história. No capítulo 2 , tem como objeto pedagógico o livro didático que ajuda, a não somente orientar, educar nesse processo. Mas, ao formar uma consciência histórica, dessa linha entre o passado, o futuro e o que está por vir é importante compreensão de que os professores fazem essa ponte entre os alunos. Somente o livro, sem os professores, não é possível viabilizar esse pensamento crítico, sobre a história, os livros didáticos em si. Então, para essa discussão trazemos autores, educadores como Circe Bittencourt e Alain Choppin, que tratam dessa função social educativa que possuem o livro didático, e o Ensino de História nas relações étnico raciais e construção de identidades, como Aimee Cesaire e Stuart Hall, dentre outros que vão ampliar essa temática

CAPÍTULO 2

LIVROS DIDÁTICOS, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA

2.1 O livro didático como objeto histórico, cultural e pedagógico

O livro didático ocupa um lugar central no processo de ensino-aprendizagem e na formação das percepções que estudantes constroem sobre o passado. Mais do que um simples instrumento pedagógico, ele constitui um objeto histórico e cultural que expressa valores, concepções e disputas presentes na sociedade em que foi produzido. Dessa forma, os conteúdos, imagens, narrativas e personagens selecionados pelos autores influenciam diretamente a maneira como os sujeitos compreendem a história e constroem suas identidades. Segundo Bittencourt (2004), o livro didático possui características específicas que o diferenciam de outros materiais impressos. Desde sua produção, ele é concebido para ser utilizado em contextos escolares e pressupõe a mediação do professor no processo de aprendizagem. A autora destaca que o livro didático não é apenas um recurso auxiliar, mas um instrumento que participa da construção do conhecimento histórico e da formação da consciência histórica dos estudantes.

Choppin (2004) amplia essa discussão ao afirmar que os livros didáticos exercem múltiplas funções sociais. Além de sua função pedagógica, possuem uma função ideológica e cultural, pois veiculam sistemas de valores, concepções de mundo e representações próprias do contexto em que foram produzidos. Dessa forma, os livros podem reproduzir preconceitos, estereótipos e desigualdades, mas também podem contribuir para sua problematização e superação. A análise dos livros didáticos permite compreender não apenas o que é ensinado, mas também quais sujeitos históricos recebem destaque e quais experiências são silenciadas. Essa perspectiva é especialmente importante para esta pesquisa, uma vez que os livros didáticos analisados foram produzidos entre 1974 e 2023, período marcado por profundas transformações historiográficas, educacionais e políticas. Compreender os livros como produtos históricos permite identificar como as representações da África e da população afro-brasileira foram sendo modificadas ao longo do tempo.

2.2 Relações étnico-raciais, representações e construção da diferença

Para compreender as representações da África e da população afro-brasileira presentes nos livros didáticos, é necessário discutir os processos históricos de construção das diferenças raciais e dos estereótipos que marcaram a sociedade brasileira. Segundo Cavalleiro

(1998), os estereótipos atribuídos à população negra ao longo da história contribuíram para processos de exclusão social e discriminação racial. A associação da população negra à escravidão, à pobreza ou à marginalidade produziu imagens negativas que continuam influenciando as relações sociais e educacionais na contemporaneidade. A escola, nesse contexto, pode tanto reproduzir quanto questionar essas representações.

As reflexões de Hall (2006) contribuem para aprofundar essa discussão ao demonstrar que as identidades culturais não são naturais, mas social e historicamente construídas. Para o autor, os processos de racialização produzem representações que classificam, hierarquizam e atribuem significados aos grupos humanos. Essas representações foram amplamente utilizadas para justificar a escravidão, o colonialismo e diferentes formas de exclusão racial.

No caso da África, essas representações frequentemente produziram a imagem de um continente homogêneo, atrasado, sem história própria e dependente da ação europeia para alcançar a civilização. Tais narrativas foram reproduzidas por diferentes instituições sociais, inclusive pela escola e pelos livros didáticos. Césaire (2004), um dos principais intelectuais do movimento da *Négritude*, criticou essas interpretações coloniais ao demonstrar que o colonialismo não promoveu civilização, mas produziu exploração econômica, violência e desumanização dos povos colonizados. Para o autor, a valorização da história e da cultura africana constitui um processo de recuperação da dignidade histórica dos povos negros e de enfrentamento das narrativas coloniais. As contribuições desses autores permitem compreender que as representações da África presentes nos livros didáticos são construções históricas e culturais. Portanto, analisar os materiais didáticos significa também investigar como determinadas visões sobre a população negra foram produzidas, reproduzidas ou transformadas ao longo do tempo.

2.3 Educação, diversidade e relações étnico-raciais

As discussões sobre relações étnico-raciais trouxeram importantes desafios para a educação brasileira. Durante muito tempo, os currículos escolares privilegiaram perspectivas eurocêntricas, nas quais a população negra aparecia de forma secundária ou limitada à condição de escravizada. Gomes (2007) argumenta que a construção de uma educação comprometida com a diversidade exige uma revisão crítica dos currículos, dos materiais didáticos e das práticas pedagógicas. Segundo a autora, a valorização da história e da cultura afro-brasileira não deve ocorrer apenas em datas comemorativas ou em conteúdos isolados, mas integrar permanentemente o processo educativo. Nesse sentido, a educação para as

relações étnico-raciais busca promover o reconhecimento da diversidade cultural brasileira, combater práticas discriminatórias e ampliar a presença de sujeitos historicamente marginalizados nos currículos escolares. Trata-se de uma proposta educativa comprometida com a valorização da população negra enquanto sujeito histórico e produtora de conhecimentos.

O ensino de História da África insere-se nesse contexto como uma possibilidade de ampliar as narrativas históricas tradicionalmente presentes na escola, valorizando experiências, culturas e conhecimentos produzidos por povos africanos e afrodescendentes.

2.4 As políticas para o ensino de História da África e das relações étnico-raciais

As transformações observadas nos livros didáticos analisados nesta pesquisa não podem ser compreendidas apenas como resultado de mudanças historiográficas. Elas estão diretamente relacionadas à construção de políticas educacionais voltadas para o reconhecimento da diversidade étnico-racial e para o enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

Conforme discutido no capítulo anterior, a Lei nº 10.639/2003 representou uma importante conquista dos movimentos negros brasileiros ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. A legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e passou a exigir a inclusão dessas temáticas nos currículos escolares, reconhecendo a importância da população negra na formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil.

Entretanto, a aprovação da lei não significou automaticamente sua implementação. Tornou-se necessário produzir materiais didáticos, reformular currículos e oferecer subsídios para a formação docente. Nesse contexto, destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, aprovadas em 2004, que estabeleceram orientações para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana.

Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou esse processo ao incluir também a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena nos currículos escolares. A legislação reforçou a necessidade de construção de currículos mais plurais e representativos da diversidade cultural brasileira.

Outro aspecto importante foi a reformulação dos critérios de avaliação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Gradualmente, passaram a ser exigidos materiais que respeitassem a diversidade étnico-racial, evitassem conteúdos discriminatórios e

incorporassem as determinações da legislação educacional. Essas mudanças influenciaram diretamente a produção editorial e contribuíram para o surgimento de livros didáticos que passaram a apresentar a África para além da escravidão, valorizando sua diversidade histórica, cultural e civilizacional.

Compreender esse percurso é fundamental para esta pesquisa. As diferenças observadas entre os livros publicados antes e depois de 2003 não decorrem apenas das escolhas dos autores, mas refletem mudanças mais amplas nas políticas educacionais, nos debates acadêmicos e nas demandas sociais relacionadas ao combate ao racismo e à valorização da história africana e afro-brasileira.

2.5 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o ensino de História da África

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para o Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio, constitui atualmente o principal documento orientador da educação básica brasileira. Elaborada pelo Ministério da Educação, a BNCC estabelece as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua trajetória escolar e serve como referência para a elaboração dos currículos estaduais e municipais, para a produção de materiais didáticos, para a formação de professores e para a construção de avaliações em larga escala. Por essa razão, compreender a BNCC é fundamental para analisar o ensino de História na atualidade e, particularmente, as abordagens relacionadas à História da África e da população afro-brasileira.

A construção da BNCC ocorreu em um contexto marcado pela consolidação de políticas educacionais voltadas para a valorização da diversidade cultural e para o enfrentamento das desigualdades raciais. Nesse sentido, o documento dialoga diretamente com a Lei nº 10.639/2003, com a Lei nº 11.645/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, incorporando a necessidade de promover o reconhecimento das contribuições históricas, culturais e sociais dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas para a formação da sociedade brasileira.

No componente curricular de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental, especialmente no 6º ano, a BNCC propõe que os estudantes compreendam as origens da humanidade e o desenvolvimento das primeiras sociedades, incluindo o estudo das civilizações africanas antigas. Entre as habilidades previstas, destacam-se as relacionadas à análise das sociedades do nordeste africano, como Egito e Núbia, à compreensão das formas de organização política, econômica e cultural dessas populações e ao reconhecimento da diversidade histórica do continente africano. A proposta rompe com visões que restringem a

África ao tráfico atlântico ou à escravidão, inserindo o continente na história da humanidade desde seus processos civilizatórios mais antigos (BRASIL, 2017).

Nos anos seguintes, a BNCC amplia essa abordagem ao propor o estudo das diásporas africanas, da escravidão moderna, das formas de resistência das populações negras e das contribuições africanas e afro-brasileiras para a formação histórica e cultural do Brasil. No componente curricular de História, especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o documento estabelece habilidades relacionadas à análise dos processos de escravização, das resistências negras, da formação da sociedade brasileira e da diversidade cultural dos povos africanos e afro-brasileiros (BRASIL, 2018). Além disso, a BNCC orienta que tais conteúdos sejam trabalhados de forma integrada à compreensão da formação histórica do país e das desigualdades sociais e raciais que marcam a sociedade brasileira contemporânea (BRASIL, 2018).

Diversos estudos têm apontado que a BNCC representa um importante avanço na consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais ao incorporar de maneira mais explícita conteúdos relacionados à História da África e à cultura afro-brasileira nos currículos escolares (PEREIRA, 2018; SILVA, 2020; COELHO; COELHO, 2021). Contudo, esses autores também destacam que a efetivação dessas orientações enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada de professores, à disponibilidade de materiais didáticos adequados e à persistência de abordagens eurocêntricas em práticas escolares (GOMES, 2012; SILVA, 2020).

Para esta pesquisa, a BNCC possui relevância particular porque o livro didático mais recente analisado foi produzido sob sua vigência. Isso significa que suas orientações influenciaram diretamente a seleção dos conteúdos, das imagens, das atividades e das narrativas presentes na obra. Ao comparar livros publicados entre 1974 e 2023, é possível perceber que os materiais mais recentes apresentam maior preocupação em destacar a diversidade cultural africana, o protagonismo histórico das populações negras e as contribuições dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira. Tal mudança não pode ser compreendida apenas como resultado de transformações historiográficas, mas também como consequência das políticas sociais, curriculares e educacionais implementadas nas últimas décadas.

A partir desses referenciais, o próximo capítulo analisa comparativamente livros didáticos publicados entre 1974 e 2023, buscando identificar as mudanças e as permanências nas representações da África e da população afro-brasileira, antes e depois da Lei nº 10.639/2003.

CAPÍTULO 3

REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS

3.1 Apresentação do corpus documental

Este capítulo apresenta a análise comparativa dos livros didáticos selecionados para esta pesquisa, com o objetivo de compreender as mudanças e as permanências nas representações da África e da população afro-brasileira, antes e depois da Lei nº 10.639/2003.

Foram analisados os seguintes livros didáticos:

Tabela 1 - Livros Didáticos Analisados

Livro	Autoria	Editora	Ano	Edição	Etapa/ano	Lei 10.639/2003
<i>História do Brasil</i>	Arnaldo Souto Maior	Companhia Editora Nacional	1974	10ª	Ensino Médio	Antes da lei
<i>Controvérsias na História do Brasil: A escravidão negra na Colônia</i>	Maria Amélia Azevedo	MEC/SEPS	1980	1ª	Edição do professor	Antes da lei
<i>Brasil Colônia</i>	Elza Nadai e Joana Neves	Saraiva	1985	1ª	1º grau/Ensino Médio	Antes da lei
<i>História Temática: Diversidade Cultural e Conflitos</i>	Cabrini, Catelli e Montellato	Scipione	2006	2ª	6ª série	Depois da lei
<i>Araribá História</i>	Maria Raquel Apolinário	Moderna	2010	3ª	6º ano	Depois da lei
<i>Araribá História 6</i>	Maria Raquel Apolinário, Maria do Carmo Fernandes Branco, Kélen L. Giordano e Amaro	Moderna	2023	1ª	6º ano	Depois da lei e da BNCC

3.2 Categorias de análise

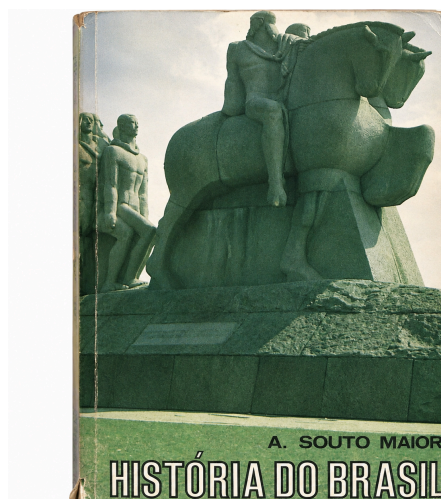
A análise dos livros foi organizada a partir das seguintes categorias:

1. **Representação da África:** verificar se a África aparece apenas como origem da escravidão ou se é apresentada como continente diverso, com história, sociedades, reinos, culturas, línguas e conhecimentos próprios.
2. **Escravidão e violência colonial:** observar como os livros tratam o tráfico atlântico, o trabalho forçado, os castigos, os engenhos, os navios negreiros e a exploração da mão de obra africana.
3. **Resistências negras:** examinar se os livros apresentam fugas, quilombos, revoltas, Revolta dos Malês, Quilombo dos Palmares e outras formas de enfrentamento à escravidão.
4. **Protagonismo africano e afro-brasileiro:** identificar se africanos e afro-brasileiros aparecem como sujeitos históricos ou apenas como mão de obra escravizada.
5. **Diversidade cultural africana e afro-brasileira:** considerar a presença de línguas, religiões, tecnologias, saberes, culinária, organização social, reinos, civilizações e contribuições culturais.
6. **Permanência de estereótipos raciais:** observar se ainda persistem imagens ou narrativas que associam a África ao atraso, à pobreza, à passividade, à servidão ou à ausência de civilização.

3.3 Os livros anteriores à Lei nº 10.639/2003

3.3.1 *História do Brasil*, de Arnaldo Souto Maior

No livro *História do Brasil*, de Arnaldo Souto Maior, publicado em 1974, a presença da África e da população afro-brasileira aparece principalmente no contexto da escravidão. A análise do Capítulo 5, “Etnia brasileira: o negro”, especialmente as páginas 82 a 89, nas quais o continente africano é mencionado a partir da trajetória dos povos escravizados, do tráfico negreiro, dos quilombos e da abolição.



Nesse livro, a África não aparece como protagonista de sua própria história. Ela surge, sobretudo, vinculada à chegada forçada de africanos ao Brasil e à utilização de sua força de trabalho no sistema colonial. A obra aborda lutas e resistências, mas de forma diluída, pois a África permanece como coadjuvante em uma narrativa centrada no Brasil colonial e na escravidão.

As imagens utilizadas reforçam essa centralidade da escravidão: imagens de Rugendas, especialmente o desembarque de escravizados e cenas de trabalho braçal. Essas imagens são importantes como fontes históricas, mas também revelam que a população negra aparece majoritariamente associada ao sofrimento, ao trabalho forçado, aos engenhos e aos navios negreiros.

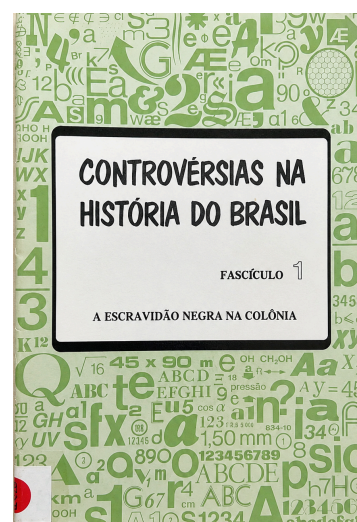
Ao mesmo tempo, o livro apresenta algumas informações sobre os grupos africanos trazidos ao Brasil, como sudaneses, guineanos-sudaneses islamizados e bantos. Aparecem referências a iorubás, geges, haussás, mandingas, angola-congoleses e povos de Moçambique. No entanto, essa diversidade aparece ainda subordinada à explicação da escravidão e não como parte de uma história africana autônoma.

Assim, o principal limite da obra está no fato de que a população negra é representada principalmente como força de trabalho escravizada. Há menção a quilombos e resistências, mas ainda predomina uma narrativa marcada pela exploração colonial, pelo trabalho servil e pela violência.

3.3.2 *Controvérsias na História do Brasil: A escravidão negra na Colônia*, de Maria Amélia Azevedo

O livro *Controvérsias na História do Brasil*, de Maria Amélia Azevedo, destinado a professores e publicado em 1980, apresenta uma abordagem diferente. Como o próprio título indica, a proposta da obra é problematizar a história nacional, mostrando que a escravidão não foi uma experiência harmônica, pacífica ou natural.

A obra trabalha com o tema da escravidão negra na Colônia, o sistema colonial, o mercantilismo, a produção açucareira e o tráfico de escravizados. Há imagens do interior dos navios negreiros, campanhas internacionais contra o tráfico



e discussões sobre a extinção do tráfico de escravizados no século XIX.

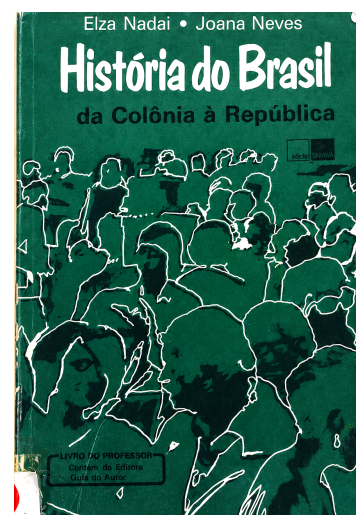
Um ponto importante é que o livro permite questionar a ideia de que a abolição foi uma “benfeitoria” da elite brasileira. A obra evidencia os interesses econômicos, a pressão inglesa e a adaptação do Brasil ao capitalismo, mostrando que o fim do tráfico e da escravidão não ocorreu por simples vontade moral dos grupos dominantes.

Apesar de ser anterior à Lei nº 10.639/2003, esse livro já apresenta uma proposta mais crítica. Ele não chega a construir uma História da África ampla e autônoma, mas problematiza a escravidão, questiona a passividade atribuída à população negra e permite discutir interesses econômicos, violência colonial e resistências.

3.3.3 *Brasil Colônia*, de Elza Nadai e Joana Neves

O livro *Brasil Colônia*, de Elza Nadai e Joana Neves, publicado em 1985, também está situado no conjunto de obras anteriores à Lei nº 10.639/2003. A análise o livro indica que a obra aborda colonização, economia açucareira, latifúndio e escravidão, mas também apresenta a escravidão como um tema sensível, marcado por conflitos, resistências e luta dos povos africanos escravizados.

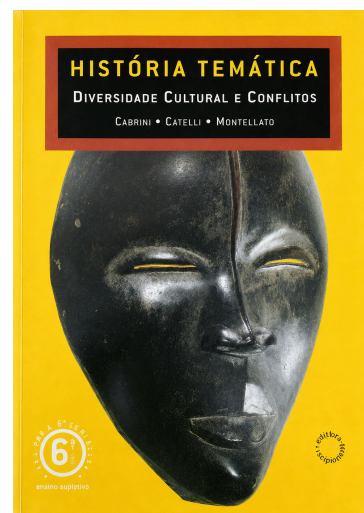
A obra permite perceber que a chegada da população negra ao Brasil não foi pacífica, mas forçada. Ela também destaca a presença do Quilombo dos Palmares e de Zumbi como símbolos de resistência contra a opressão. No entanto, a África ainda não aparece como conteúdo autônomo. O continente não é retratado em capítulos próprios e a narrativa permanece presa ao período colonial, sem ampliar suficientemente a história dos povos africanos, seus reinos, culturas, línguas, independências e civilizações. Apesar desse limite, o livro já desperta uma visão crítica social sobre o tema, pois apresenta elementos da presença africana na língua, na religião, na culinária e nos saberes agrícolas.



3.4 Os livros posteriores à Lei nº 10.639/2003

3.4.1 *História Temática: Diversidade Cultural e Conflitos*, de Cabrini, Catelli e Montellato

O livro *História Temática: Diversidade Cultural e Conflitos*, destinado ao 6º ano do Ensino Fundamental, publicado em 2006, já se insere no contexto posterior à Lei nº 10.639/2003. A obra tem como público-alvo estudantes do Ensino Fundamental e já incorpora a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

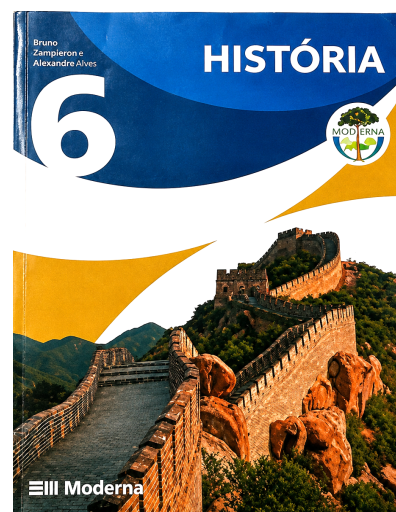


A principal mudança observada é que a África passa a aparecer de maneira mais ampla. No Capítulo 10, “Da África ao Brasil”, Unidade 4, página 194, os autores abordam a participação dos povos africanos e afro-brasileiros na história, considerando que a vinda ao Brasil foi forçada, mas que esses povos já possuíam diversidade, costumes, religiões e formas de organização antes da escravização.

Um dos aspectos mais importantes é a presença do mapa “África: um continente pluricultural”, na página 195. Esse mapa apresenta a riqueza linguística e cultural do continente, mencionando países como Angola, Zimbábue, África do Sul e Moçambique, suas línguas oficiais, línguas regionais e religiões. Essa abordagem representa uma mudança significativa em relação aos livros anteriores. A África deixa de aparecer apenas como fornecedora de mão de obra escravizada e passa a ser apresentada como continente diverso, com povos, línguas, religiões, saberes e experiências históricas próprias.

3.4.2 *Araribá História*, de Maria Raquel Apolinário

O livro *Araribá História*, publicado em 2010, também é destinado ao 6º ano do Ensino Fundamental. A obra é dividida em unidades e incentiva os estudantes a fazer perguntas semelhantes às dos historiadores: “Quem?”, “Para quem?” e “Por quê?”. A África aparece desde as discussões sobre a origem da humanidade, o Egito, a Núbia e Cuxe. A obra apresenta o continente africano como berço da humanidade e trabalha com ancestralidade, modos de vida



em comunidade, costumes, linguagem, religiosidade e diversidade de povos e reinos.

Outro ponto importante é o tratamento dado à Núbia. Na página 94, o livro aborda o preconceito existente entre os séculos XIX e XX contra povos chamados de “África Negra”, como os núbios, considerados por estudiosos racistas da época incapazes de construir uma grande civilização por serem homens de pele escura. Essa abordagem é relevante porque permite discutir o racismo científico e os preconceitos presentes na historiografia europeia. Além disso, a obra apresenta imagens da sociedade egípcia, dos faraós negros, da agricultura, da produção de alimentos, dos escribas, da música e da diversão, ampliando a representação da África para além da escravidão.

3.4.3 *Araribá História 6*, de 2023

O livro *Araribá História 6*, publicado em 2023, é o material mais recente analisado. Ele já está situado em um contexto marcado pela Lei nº 10.639/2003, pela Lei nº 11.645/2008 e pela BNCC. A obra segue a Base Nacional Comum Curricular e a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira.

A proposta do livro é trabalhar uma África que articula passado e presente: a África Antiga, as primeiras civilizações e a África atual, presente nas danças, na cultura, na capoeira, nas religiões e nas formas de vida da sociedade brasileira. Esse livro apresenta uma mudança expressiva em relação aos materiais anteriores à Lei nº 10.639/2003. A África não aparece como uma “matéria isolada” nem como lugar inabitável, pobre ou sem riquezas. Ao contrário, o material procura mostrar que a África está presente na fala, na cultura, nas formas de habitar, comunicar, vestir e viver em sociedade. Nesse sentido, empreender que “África não começa com escravidão”. Essa afirmação sintetiza a principal transformação observada nos livros recentes.



3.5 Análise comparativa: mudanças e permanências

A comparação entre os livros permite perceber uma mudança gradual na forma como a África e a população afro-brasileira são representadas. Nos livros anteriores à Lei nº 10.639/2003, a África aparece majoritariamente associada à escravidão, ao tráfico negreiro, ao trabalho forçado, aos engenhos e à economia colonial. Mesmo quando há menção a povos africanos, religiões, línguas e resistências, esses elementos aparecem subordinados à narrativa da escravidão.

Nos livros posteriores à lei, especialmente nas obras de 2006, 2010 e 2023, observa-se uma ampliação significativa. A África passa a ser apresentada como continente plural, berço da humanidade, espaço de civilizações antigas, reinos, línguas, religiões, saberes e protagonismos. Essa mudança se relaciona diretamente às transformações curriculares provocadas pela Lei nº 10.639/2003 e, mais recentemente, pela BNCC.

A tabela abaixo sintetiza os principais resultados:

Tabela 2 - Resultados

Categoria	Livros anteriores à Lei 10.639/2003	Livros posteriores à Lei 10.639/2003
Representação da África	África associada ao tráfico, à escravidão e ao período colonial	África como continente diverso, berço da humanidade, espaço de civilizações, línguas, religiões e culturas
Escravidão	Centralidade do trabalho forçado, dos engenhos, dos navios negreiros e da violência	Escravidão ainda aparece, mas mais contextualizada e relacionada à resistência e à diáspora
Resistências negras	Presença pontual de quilombos, Palmares e Revolta dos Malês	Resistências aparecem de forma mais articulada à crítica ao racismo e à valorização da população negra
Protagonismo africano e afro-brasileiro	População negra muitas vezes aparece como mão de obra ou vítima	Africanos e afro-brasileiros aparecem como sujeitos históricos, produtores de cultura, conhecimento e resistência
Diversidade cultural	Pouca presença de línguas, religiões, reinos e saberes africanos	Maior presença de mapas, civilizações africanas, Egito, Núbia, Cuxe, religiosidades, línguas e práticas culturais
Estereótipos	Permanência de imagens ligadas ao sofrimento, à servidão e à inferiorização	Tentativa de desconstrução de estereótipos sobre África como lugar pobre, atrasado ou sem história

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa dos livros didáticos demonstra que a Lei nº 10.639/2003 teve papel fundamental na transformação das abordagens sobre a África e a população afro-brasileira no ensino de História. Os livros anteriores à lei já apresentavam, em alguns casos, elementos de crítica à escravidão e às relações coloniais, mas ainda mantinham a África em posição secundária, quase sempre vinculada ao tráfico, ao trabalho forçado e à experiência da escravidão.

Nos livros posteriores à lei, observa-se uma tentativa mais evidente de apresentar a África como sujeito histórico. A presença de mapas, imagens coloridas, caixas de diálogo, atividades problematizadoras e conteúdos sobre Egito, Núbia, Cuxe, línguas, religiões e diversidade cultural indica uma mudança importante na produção didática. Entretanto, os avanços não significam que todos os problemas tenham sido superados. A escravidão ainda ocupa um lugar central em muitas narrativas, e o desafio continua sendo apresentar a África não apenas como origem da diáspora escravizada, mas como continente plural, histórico, civilizacional e presente na formação da sociedade brasileira.

Assim, a principal conclusão deste trabalho é que houve mudanças significativas após a Lei nº 10.639/2003, especialmente na ampliação dos conteúdos e na valorização da diversidade africana e afro-brasileira. No entanto, permanecem desafios relacionados à superação definitiva de estereótipos, silenciamentos e abordagens eurocêntricas. A análise dos livros mostra que ensinar História da África é também disputar sentidos sobre identidade, memória, pertencimento e cidadania no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília, DF: MEC, 2018. p. 146.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Preconceito e discriminação na educação infantil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. 2. ed. Feira de Santana, BA: Editora Adandé, 2024.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GOMES, Arilson dos Santos. Ideias negras em movimento: da Frente Negra ao Congresso Nacional do Negro. In: *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2007.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas*. RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 97-109.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Rio de Janeiro, 1988.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROMÃO, José Eustáquio. Alfabetizar para libertar. In: GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos A. (org.). *Educação popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Educação*, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2007.